



MALKA Y NEGRI

advogados

CLIPPING COVID-19

Informativo nº 043

30 de abril de 2020

Manhã

| SITE / ÓRGÃO | ATOS | RESUMO |
|-----------------|--|--|
| PLANALTO | Medida Provisória nº 959, de 29.4.2020 , publicada em 29.04.2020 - Edição extra. | Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, e prorroga a vacatio legis da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD. |
| | Decreto nº 10.333, de 29.4.2020 , publicado em 30.04.2020 | Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social. |
| TST | Notícias - Presidente do TST/CSJT anuncia consolidação dos atos relacionados ao coronavírus , publicada em 29.04.2020. | <p>A presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministra Maria Cristina Peduzzi, participou, nesta quarta-feira (29), de reunião telepresencial com o Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor).</p> <p>Os principais temas em debate disseram respeito às medidas de prevenção ao contágio do novo coronavírus. A ministra anunciou a consolidação, em um único ato, de todos os normativos do TST e do CSJT relacionados à pandemia e pediu aos membros do Coleprecor sugestões para esta consolidação, que diz respeito a toda a Justiça do Trabalho.</p> |
| TRT 1ª Região | Notícias - Confira os feriados municipais de maio na jurisdição do TRT/RJ , publicada em 30.04.2020. | <p>O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ) editou o Ato nº 35/2020 (link para outro sítio), alterando o Ato nº 222/2019 (que estabelece os dias em que não haverá expediente em unidades do Regional fluminense em 2020). O objetivo da edição da nova norma - disponibilizada no DEJT do dia 3/4/20 - foi acrescentar os dias de suspensão de expediente em virtude de feriados municipais, que no mês de maio são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 10/5 - Itaperuna; • 16/5 - Nova Friburgo; • 22/5 - Cantagalo; • 26/5 - Itaboraí e Maricá. <p>DIA DO TRABALHO</p> |

| | | |
|------------------------------|---|--|
| | | Vale lembrar que nesta sexta-feira (1º/5), Dia do Trabalho , feriado nacional, não haverá expediente nas unidades do TRT/RJ em todo o estado do Rio de Janeiro. |
| STF | <p>Notícia - Pauta desta quinta-feira (30) traz ações contra medidas sobre pandemia e Lei de Acesso à Informação, disponibilizada em 30.04.2020</p> | <p>Acesso à informação - Estão pautadas três ADIs contra a MP 928/2020, que muda as regras dos pedidos de acesso à informação de órgãos públicos. As ações atacam o artigo 6-B da Lei 13.979/2020, incluído pela medida provisória, que determina atendimento prioritário às solicitações previstas na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) relacionadas com as medidas de enfrentamento da pandemia e suspende os prazos de resposta a pedidos dirigidos a órgãos cujos servidores estejam em regime de quarentena, teletrabalho ou equivalentes, entre outras atribuições. O relator, ministro Alexandre de Moraes, suspendeu a eficácia do dispositivo questionado. A medida cautelar será submetida agora a referendo do Plenário do STF.</p> <p>Medidas emergenciais - Por fim, retorna à pauta a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6343, em que o partido Rede Sustentabilidade pede a suspensão de pontos das Medidas Provisórias 926/2020 e 927/2020 que tratam do transporte intermunicipal de passageiros e de outras medidas emergenciais. A ação está sob relatoria do ministro Marco Aurélio, que indeferiu pedido de liminar. Na avaliação do relator, as alterações devem ser mantidas até aprovação pelo Congresso Nacional.</p> <p>Os julgamentos têm transmissão ao vivo pela TV Justiça, Rádio Justiça e pelo canal do STF no YouTube.</p> |
| Prefeitura do Rio de Janeiro | <p>DECRETO RIO Nº 47394 DE 29 DE ABRIL DE 2020, publicado no D.O em 30.04.2020</p> | <p>Altera o Decreto Rio nº 47.282, de 21 de março de 2020, que determina a adoção de medidas adicionais, pelo Município, para enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus-COVID-19, e dá outras providências.</p> <p>“Art. 1º- A..... § 2º Preservada a recomendação do Poder Público Municipal, de manutenção do isolamento social, fica ressalvado às agências e às unidades lotéricas especificadas pela Caixa Econômica Federal, até o dia 15 de maio, da vedação de que trata o item 2 do inciso I deste artigo, em caráter excepcional, exclusivo e por força de imprescindível necessidade, como as de que trata o item 1 do mesmo dispositivo, o atendimento, entre as oito e dez horas, às pessoas:”</p> |

| | | |
|------|--|--|
| | RESOLUÇÃO “N” SMDEI Nº 61, DE 29 DE ABRIL DE 2020 , publicado no D.O em 30.04.2020 | Convoca feirantes mercadores de caldo de cana e pastéis e comerciantes ambulantes ponta de feira mercadores de alimentos e lanches das feiras livres da Cidade do Rio de Janeiro para assinatura de Termo de Compromisso e dá publicidade quanto à assinatura deste com o Sindicato do Comércio Varejista dos Feirantes do Município do Rio de Janeiro e com a Associação de Comerciantes de Pastel e Caldo de Cana em Feiras Livres e Ambulantes do Rio de Janeiro (ACOMPARJ). |
| | PORTARIA “N” F/CFE Nº 125, DE 29 DE ABRIL DE 2020 , publicado no D.O em 30.04.2020 | Prorroga a suspensão de funcionamento das feiras de ambulantes, feiras especiais e de Feirantes do Município do Rio de Janeiro, em virtude da pandemia de COVID-19. “Art. 1º A presente Portaria “N” prorroga a suspensão do funcionamento de feiras de ambulantes, feiras especiais e Feirantes no Município do Rio de Janeiro até o dia 15 de maio de 2020, como medida de enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus - COVID-19. Parágrafo único: O prazo de suspensão previsto no caput poderá ser prorrogado ou ampliado conforme as circunstâncias que envolvam o enfrentamento à pandemia.” |
| | RESOLUÇÃO Nº 3278 DE 29 DE ABRIL DE 2020 , publicado no D.O em 30.04.2020 | Suspende o prazo concedido na Resolução 3.240, de 10 de março de 2020 para os veículos de propriedade dos autorizatários autônomos, das empresas de transporte escolar e estabelecimento de ensino, operadores do Serviço de Transporte Escolar para o ano 2020 e dá outras providências. |
| | RESOLUÇÃO Nº 3279 DE 29 DE ABRIL DE 2020 , publicado no D.O em 30.04.2020 | Dispõe sobre prorrogação do período previsto na Resolução SMTR Nº 3.272 de 30 de abril de 2020. “Art. 1º - Prorroga-se o prazo previsto na Resolução SMTR Nº 3.272, de 17 de abril de 2020, que trata do fechamento dos postos de atendimento da Secretaria Municipal de Transportes, até que cessem as medidas de isolamento previstas no Decreto Rio nº 47.355, de 8 de abril de 2020.” |
| | RESOLUÇÃO Nº 1.088, DE 29 DE ABRIL DE 2020 , publicado no D.O em 30.04.2020 | Estende a suspensão dos prazos processuais tratada no art. 7º, da Resolução n. 1.084, de 30 de março de 2020 no âmbito do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro - TCMRJ. |
| TJRJ | Provimento CGJ 35 de 2020 , publicado em 30.04.2020 | Prorroga, no âmbito das Serventias Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro, as providências determinadas nos Provimentos CGJ nos 19/2020, 20/2020, 22/2020 e 31/2020, em decorrência da Resolução nº 314, do Conselho Nacional de Justiça. |
| | Provimento 36 de 2020 , publicado em 30.04.2020 | Disciplina o funcionamento dos juízos de primeira instância, das centrais de cumprimento de mandado e núcleos de auxílio recíproco, e das equipes técnicas interdisciplinares, bem como, |

| | | |
|-----|---|--|
| | | do serviço interno na Corregedoria Geral da Justiça, durante a vigência do Plantão Extraordinário. |
| | Notícia – Primeira e Segunda Turmas Recursais Criminais julgam 70 processos por videoconferência em dois dias , disponibilizada em 29.04.2020 | Mesmo com as limitações decorrentes da pandemia do coronavírus, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro segue trabalhando para manter seus altos índices de produtividade e realizar a prestação jurisdicional de maneira adequada. A Primeira e a Segunda Turmas Recursais Criminais da capital, por exemplo, julgaram, nestas terça e quarta-feira (28 e 29/4), por videoconferência, cerca de 70 recursos em processos físicos. |
| ERJ | Decreto Estadual 47.050 de 29.04.2020 , publicado em 30.04.2020 | Dispõe sobre a identificação de pacientes não identificados nas unidades de saúde e institui medidas transitórias de prevenção ao contágio e enfrentamento da Covid-19 na gestão dos óbitos ocorridos no Estado do Rio de Janeiro. |
| | Decreto Estadual 47.051 de 29.04.2020 , publicado em 30.04.2020 | Dispõe sobre regras de licitação e dispensa de licitação para a contratação de bens e serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. |
| | Decreto Estadual 47.052 de 29.04.2020 , publicado em 30.04.2020 | Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da propagação decorrente da Covid-19, com a suspensão de diversas atividades até o dia 11.05.2020. |
| | Deliberação CIB RJ 6.159 de 27.04.2020 , publicada em 30.04.2020 | Estabelece que leitos de internação do sistema único de saúde no Estado do Rio de Janeiro, em razão da situação de emergência de saúde pública pelo novo coronavírus, serão regulados pela central estadual de regulação – sistema SER. |
| | Resolução PGE 4541 de 28.04.2020 , publicada em 30.04.2020 | Institui novas medidas de prevenção ao contágio da Covid-19. |
| | Notícia – Hospital Universitário Pedro Ernesto terá visitas virtuais para minimizar o isolamento , | O Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe) encontrou na tecnologia uma aliada para diminuir o sofrimento dos familiares e pacientes da Covid-19, com o isolamento imposto durante o tratamento da doença. Desde terça-feira (28), o Hupe vem promovendo visitas virtuais nas alas destinadas aos doentes infectados pelo novo coronavírus, com o uso de aparelhos |

| | | |
|--------|--|---|
| | disponibilizada em 30.04.2020 | celulares portados pela equipe médica para realizar videochamadas. |
| OAB | Notícia – Assim como fez com TJ e TRT-1, Seccional pede à Justiça Federal flexibilização de prazos preocupada com estrutura para videoconferências , disponibilizada em 29.04.2020 | A OABRJ, por meio da Comissão de Prerrogativas, enviou ofício ao presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRT-2), o desembargador federal Reis Friede, nesta quarta-feira, dia 29, para requerer a flexibilização da retomada dos prazos processuais eletrônicos. O objetivo é que as partes e advogados que não tenham acesso a meios digitais durante este período de pandemia por Covid-19 não sejam prejudicados. O mesmo pedido foi feito ao TJ e ao TRT-1, em ofícios enviados na terça-feira, dia 28. |
| CONJUR | Notícia – TJ-PB nega pedido de reabertura do comércio de Campina Grande , disponibilizada em 30.04.2020 | O desembargador Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, do Tribunal de Justiça da Paraíba, negou pedido da Câmara de Dirigentes Lojistas de Campina Grande para reabertura do comércio local. No pedido, a entidade alegou que a suspensão das atividades comerciais em decorrência do avanço da Covid-19 no país irá acarretar na falência de diversos comerciantes na cidade, provocar aumento do desemprego e levar a maior parte da população a miserabilidade. |
| | Notícia – Redução de aluguel durante a quarentena divide desembargadores em SP , disponibilizada em 30.04.2020 | Uma das principais demandas que têm chegado ao Tribunal de Justiça de São Paulo durante a quarentena implantada no estado para combater o coronavírus é a redução do aluguel de estabelecimentos comerciais que tiveram que fechar as portas. Essa é uma questão que não está pacificada na Corte e tem dividido os desembargadores. |
| | Notícia – TRF-2 nega pedido da União para suspender troca de depósitos por seguros-garantia , disponibilizada em 29.04.2020 | A Gerdau foi autorizada a levantar o depósito judicial que fez em ação tributária, não a substitui-lo por seguro-garantia. Como são decisões diferentes, o presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Reis Friede, negou nesta quarta-feira (29/4) pedido da União para suspender liminares que autorizaram quatro empresas a trocar suas garantias para ficar com dinheiro em caixa na crise do coronavírus. |
| | Notícia – Governo adia vigência da LGPD para maio de 2021 e define regras para auxílio emergencial , disponibilizada em 29.04.2020 | O governo federal adiou a vigência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) para maio de 2021 — a lei entraria em vigor em agosto. A alteração consta da Medida Provisória 959 publicada em edição extra do Diário Oficial da União desta quarta-feira (29/4). |

| | | |
|----------|--|---|
| | | |
| | <p>Notícia – Estabelecimento veterinário é impedido de retomar atividades, disponibilizada em 30.04.2020</p> | <p>O desembargador Renato Sartorelli, integrante do Órgão Especial do TJ/SP, negou pedido de estabelecimento veterinário para reabertura das atividades. No entendimento do magistrado, “a assertiva de essencialidade para a saúde animal dos serviços de day care e hotel de cães não me parece verossímil neste presente momento”.</p> |
| Migalhas | <p>Notícia – Família obtém salvo-conduto para voltar a Paraty/RJ durante pandemia, disponibilizada em 29.04.2020</p> | <p>Família que estava em outra cidade poderá voltar para sua casa em Paraty/RJ. Instrução normativa imposta pelo município vedava o acesso de moradores que tenham saído para qualquer finalidade. Decisão do juiz Anderson de Paiva Gabriel, do cartório da vara única de Paraty/RJ, considerou que o município extrapolou de forma manifesta os limites constitucionais e legais reconhecidos à competência local, não podendo pretender se tornar uma espécie de ilha isolada e inacessível.</p> |

Aviso legal - Este trabalho não reflete a nossa opinião. Foi desenvolvido para fins de informação e compartilhamento com a equipe interna.

Está sendo disponibilizado ao público em geral, igualmente com propósito informativo, inexistindo qualquer responsabilidade sobre o conteúdo - coletado na rede mundial de computadores -, assim como ao uso que será dado ao mesmo.

Cristiano de Loureiro Faria Mori

Danielle Dutra Soares

Luciana de Abreu Miranda

Advogados

Malka Y Negri Advogados